



II Reunião do Conselho de Ministros da CPLP

Salvador, 17 e 18 de Julho de 1997

Comunicado Final

1. Os Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe reuniram-se na cidade de Salvador, Brasil, em 17 e 18 de Julho de 1997, com a presença do Secretário Executivo da CPLP. Na ocasião foi eleito o Ministro das Relações Exteriores do Brasil para ocupar a Presidência do Conselho de Ministros.
2. Os Ministros registraram com apreço o relatório apresentado pela Presidência cessante portuguesa, designadamente no que se refere à instalação do Secretariado Executivo, inauguração da respectiva sede e a montagem da arquitectura jurídica e financeira da Organização, que permitiu a institucionalização e o arranque das actividades da Comunidade.
3. Os Ministros passaram em revista as actividades desenvolvidas no âmbito da CPLP e, em particular, o plano de actividades do Secretariado Executivo aprovado pela reunião Ministerial de Nova Iorque, aos 26 de Setembro de 1996, e reafirmaram a sua confiança na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como instrumento privilegiado para consolidar, desenvolver e valorizar os laços históricos comuns, com base nos princípios compartilhados de paz, democracia, justiça social e progresso económico.
4. Os Ministros tomaram conhecimento das acções levadas a cabo pelos órgãos da Comunidade para implementar as decisões e recomendações emanadas da Conferência de Chefes de Estado e de Governo e do Conselho de Ministros no âmbito das orientações gerais expressas na Declaração Constitutiva e nos Estatutos, designadamente para incrementar a cooperação em todos os níveis - cultural, económico, social, científico e jurídico-institucional - bem como a concertação político-diplomática. Assim, os Ministros registraram com agrado a realização de diversas reuniões setoriais, tendo instruído o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo para acompanharem a implementação das resoluções pertinentes.
5. Os Ministros reiteraram a necessidade de reforçar os mecanismos de concertação político-diplomática entre os Estados Membros no sentido de preservar os seus legítimos interesses no cenário internacional, em particular no processo de reforma em curso no sistema das Nações Unidas e nas organizações regionais de que são membros. Na perspectiva do alargamento do número de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas de forma a assegurar a integração de três países em desenvolvimento e mais dois países desenvolvidos, os Ministros reafirmaram o seu desejo de apoiar a inclusão do Brasil como membro permanente daquele órgão.
6. Os Ministros registraram com satisfação a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que mereceu o apoio dos Estados Membros. A presença de Portugal naquele órgão da ONU, juntamente com o segundo ano do mandato da Guiné-Bissau, reforça a visibilidade internacional da CPLP e a sua capacidade de intervenção no sistema das Nações Unidas.
7. Os Ministros escutaram a informação prestada pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola e manifestaram a sua preocupação pela grave situação que põe em causa a implementação integral do Protocolo de Lusaka. Nesse contexto, reiteraram o seu apoio às Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nomeadamente a Resolução 864 e 1118/97 que enunciam um conjunto de medidas, em particular contra a Unita, e a declaração da mediação e da Troika de 14 de Julho de 1997, em que são condenados com a maior energia actos negativos recentemente praticados por aquele movimento. Com efeito apelaram ao líder da Unita para que apresente à Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) todos os efectivos militares que escaparam ao controle das Nações Unidas com vistas a serem desmobilizados, permitindo desta forma, a extensão sem sobressaltos da Administração do Estado a todo território nacional e a livre circulação de pessoas e bens.
8. Os Ministros reafirmaram seu apoio à autodeterminação do Povo Timorense e congratularam-se pela atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo D. Ximenes Belo e ao Doutor Ramos Horta. Neste quadro, os Ministros registraram com satisfação o novo formato negociado proposto pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, com vista ao relançamento do diálogo tripartite e do diálogo intratimorense, para encontrar uma solução justa, global e internacionalmente aceitável da questão do Timor Leste, no pleno respeito pelos legítimos direitos e aspirações do seu povo, em conformidade com o Direito Internacional. Expressaram preocupação pelo agravamento das violações de Direitos Humanos e liberdades fundamentais recentemente ocorridas no Território e apelaram ao cumprimento integral das resoluções da Comissão dos Direitos Humanos aprovadas sobre a matéria.



9. Os Ministros tomaram nota igualmente dos projectos aprovados e dos implementados com o apoio financeiro do Fundo Especial. Neste contexto, congratularam-se pelas importantes iniciativas e apoios de organizações da sociedade civil, fundamentalmente através da realização de eventos e projectos que muito contribuíram para a materialização dos objectivos fixados na Declaração Constitutiva da CPLP.

10. Os Ministros decidiram adoptar as recomendações emanadas da 1.ª Reunião dos Responsáveis Políticos pela Cooperação da CPLP, realizada em Lisboa nos dias 16 e 17 de Abril de 1997, as quais inter alia identificaram como áreas de concentração da cooperação no seio da CPLP o reforço da capacidade institucional nos Estados Membros, formação e valorização dos recursos humanos e mobilização e coordenação de acções de solidariedade, reconstrução e reabilitação do tecido social e económico.

11. Os Ministros, examinando a questão da valorização da Língua Portuguesa, encarregaram o Secretariado Executivo de convocar uma reunião com responsáveis governamentais e outras entidades competentes para aprofundar a discussão sobre o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

12. Os Ministros registraram com satisfação a aprovação pela Assembleia Nacional de Cabo Verde do Estatuto do Cidadão Lusófono, que estabelece um tratamento específico e privilegiado aos cidadãos dos Estados Membros da CPLP em Cabo Verde, facilitando, desse modo, a livre circulação de pessoas e bens e promovendo a integração, o que se revela como uma contribuição importante para a consolidação e o desenvolvimento da CPLP.

13. O Conselho de Ministros deferiu à apreciação do Conselho de Concertação Permanente a avaliação da proposta de regimento do Fundo Especial apresentada pelo Secretariado Executivo.

14. Os Ministros aprovaram resoluções relativas ao Regimento Interno e ao Orçamento.

15. Os Ministros aprovaram uma resolução sobre o Estatuto de Observador, e decidiram propô-la à adopção da próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

16. Ao final dos trabalhos, os Ministros assinaram o Acordo de Cooperação entre os Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.

17. Os Ministros aceitaram com satisfação o convite para que a próxima reunião do Conselho de Ministros se realize em Cabo Verde e tomaram boa nota do apelo de Cabo Verde aos demais Estados Membros e ao Secretariado no sentido de apoiarem os seus esforços de organização desse evento e da próxima Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Praia.

18. Os Ministros expressaram ao Brasil, ao Estado da Bahia e à cidade de Salvador o seu agradecimento pelo acolhimento caloroso e pela hospitalidade fraterna dispensados a todos os participantes à reunião do Conselho de Ministros da CPLP.

Feito em Salvador em 18 de Julho de 1997.